



## Berlinda dos responsáveis gira como grande carrossel

Os primeiros dedos foram apontados para as autoridades responsáveis pelo governo do Distrito Federal: governador afastado Ibaneis Rocha, comando da PM e, claro, Anderson Torres. Mas a cada dia aparecem indícios de negligência de outras esferas, como de alguns integrantes do

Gabinete de Segurança Institucional (GSI), do Exército, da Polícia Legislativa.... Até os ministros de Lula, Flávio Dino, da Justiça, e José Múcio, da Defesa, entraram na berlinda, criticados por petistas por não terem, durante o governo de transição, debelado a conspiração de golpe.

### Guerra de narrativas

Ibaneis se antecipou e foi espontaneamente prestar esclarecimentos à Polícia Federal (PF). Antes mesmo de intimação. E levou os mesmos documentos que já foram mencionados por Dino e pelo interventor Capelli. Mas a leitura dos advogados dele é bem diferente da apresentada pelo ministro da Justiça. Resta saber qual versão irá prevalecer.

Marcelo Ferreira - CB/ DA Press



### Desilusão ...

Múcio e Dino confiaram em Ibaneis Rocha, que um dia confiou em Anderson Torres...

### Defesa

Dino saiu em veemente defesa de Múcio e das Forças Armadas. Não aceitou que entrem na berlinda de forma generalizada.

### Fim da intervenção pode ser antecipado

O ministro da Justiça, Flávio Dino, sinalizou que a intervenção federal na Segurança Pública do DF pode terminar antes de 31 de janeiro. Ele declarou que espera que seja possível o mais breve o retorno do comando da área ao GDF. No caso, agora, à governadora em exercício, Celina Leão.

### Conversando

“Estamos conversando com a Celina no sentido de negociar para que o DF assumia suas atribuições o quanto antes. Como diz a Constituição, a intervenção é para restabelecer a ordem pública. Quando isso ocorrer, não tem por que manter”, destacou Dino.



### Proteção à autonomia política

O deputado distrital Fábio Felix (Psol), campeão de votos no DF para o Legislativo local, saiu em defesa da autonomia política de Brasília. “Compreendemos como necessária a intervenção na Segurança pelo descaso e gravidade do

que houve. Mas como algo pontual. Não aceitamos ataques à autonomia política do DF. Os responsáveis pelos atos golpistas devem ser punidos, mas não a cidade”, disparou.

### Casuísmo

Até advogados de lado divergente de Ibaneis Rocha na OAB/DF criticam a medida do ministro do STF Alexandre de Moraes. “O afastamento sumário do governador, sob a mera presunção segundo a qual concorreu para barbárie que atassalhou a civilidade, consiste em decisão arbitrária, fruto de casuísmo, principalmente porque não lhe fora assegurado o exercício do direito de defesa”, avalia o advogado Luís Carlos Alcoforado.



### À QUEIMA-ROUPA CLÁUDIA ALCÂNTARA

Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF



Rodrigo Antonelli/Esp. CB/DA Press

“Somos favoráveis à federalização da Segurança Pública do DF”

**Na sua avaliação, qual a responsabilidade e o papel da PCDF no plano de segurança operacional que deveria ter resguardado a Esplanada no domingo passado ?**

O papel da Polícia Civil é de investigar e apurar crimes após sua ocorrência, cabendo elucidar autoria e materialidade sobre eles. É importante deixar claro qual a atribuição de cada polícia. No caso de policiamento ostensivo, a responsabilidade é da PM. Reforço que o papel que cabia à Civil foi feito com excelência. Os criminosos foram identificados, presos e há uma investigação em curso em cada ocorrência.

**O serviço da Inteligência da PCDF também não falhou?**

Não houve falha da inteligência da Polícia Civil. Mas, fomos informados de que antes do protesto, a inteligência da PCDF teria feito um relatório e teria encaminhado para a Secretaria de Segurança Pública, responsável pela tomada de decisões neste caso.

**O que acha da proposta de federalização das forças de segurança do DF, já que é União a pagadora dos salários?**

Eu e a grande maioria dos filiados ao Sindepo somos a favor da federalização. Nós vamos apresentar nesta semana ao governo federal um anteprojeto de Medida Provisória para dispor sobre a utilização da Polícia Civil pelo GDF. O texto diz que compete à União, por iniciativa do presidente da República, estabelecer as normas gerais

da organização básica e institucional da Polícia Civil.

**O governo federal que deve mandar nas polícias da capital federal ?**

Um ponto importante da MP prevê que, em casos de grave comprometimento da ordem pública, os órgãos de segurança serão utilizados pelo governo federal mediante ato do presidente da República, no qual serão indicadas as subordinações temporárias para fins operacionais.

**Um das críticas é que as polícias do DF são as mais bem pagas do Brasil. Como está a remuneração dos delegados em comparação com o resto do país?**

Já fomos à Polícia Civil mais bem paga, entretanto a atual situação é bem diferente. Em termos salariais, a PCDF está em 19º lugar, o que demonstra que houve um grande achatamento. Acreditamos que isso só deve à essa situação mal definida do nosso vínculo jurídico, com qual esfera.

**Alguma informação ou consideração a mais que gostaria de acrescentar?**

As entidades sindicais, tanto o Sindepo quanto o Sinpol, aguardam essa questão relativa ao vínculo jurídico da PCDF. Nós acreditamos que este é o momento propício. É bom esclarecer que em todos os países presidencialistas, onde funciona a Capital da República dos países, a polícia local é vinculada ao Governo Federal.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**SERVIDORES FEDERAIS /** Instrução normativa publicada ontem no Diário Oficial da União revoga decreto do então ministro da Economia Paulo Guedes que criou regras para o trabalho remoto nos órgãos públicos federais

# Teletrabalho terá novas regras

» RAPHAEL PATI\*

A Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal, vinculada ao Ministério da Economia, publicou ontem, no Diário Oficial da União, uma instrução normativa que revoga um decreto assinado pelo então ministro da Economia Paulo Guedes, em dezembro do ano passado, que estabelecia regras para a condução do teletrabalho nos órgãos públicos federais. A medida é um dos primeiros atos do novo secretário da pasta, Sérgio Mendonça, que assumiu o cargo na última semana, e deve ser regulamentada em até 90 dias.

Com o Decreto, a intenção do novo secretário é dar prioridade para grupos específicos no regime de teletrabalho, por meio do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), adotado desde maio

de 2022 pelos órgãos do governo. Segundo a instrução, três categorias são prioridade para a modalidade de teletrabalho: pessoas com deficiência ou com problemas graves de saúde, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição; pessoas com mobilidade reduzida; e gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação.

### Controle de metas

Segundo o governo federal, o Programa de Gestão é “um método de trabalho moderno e dinâmico, fruto das novas tecnologias disponíveis, focado na adoção do regime de teletrabalho, que permite a flexibilização dos processos laborais. Permite o controle de metas, prazos e entregas, por meio de um sistema informatizado, que possibilita maior transparência

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A intenção é dar prioridade para grupos específicos, como o de pessoas com deficiência

dos serviços públicos prestados, com foco em resultados”.

Ainda segundo o texto, entre os objetivos do programa estão: estimular a cultura de planejamento institucional;

contribuir para o dimensionamento da força de trabalho; e promover a gestão orientada a resultados, baseada em evidências, com foco na melhoria do desempenho dos órgãos

e entidades da administração.

Em 17 de maio de 2022, o antigo Ministério da Economia, do então ministro Guedes, elaborou e publicou o primeiro decreto que regulamentou o teletrabalho para

os servidores públicos federais e instituiu a adoção do PGD nos órgãos do governo.

**Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado**